

Madeira sem lei

Categories : [Reportagens](#)

O Ministério do Meio Ambiente e do Ibama conhecem a dimensão do problema: 86% da extração de madeira do Brasil é irregular e menos de 10% de toda a madeira comercializada não degrada, de alguma maneira, a flora nacional. No entanto, os dois órgãos federais responsáveis por identificar e coibir a atividade madeireira clandestina se declaram incapazes de cumprir a tarefa.

Recente prova disso foi o caso dos dequeus da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro: apesar de certificada pelo Ibama, [a madeira era ilegal](#).

Em 2001, o Ibama autorizou o corte de 5.342 hectares na Amazônia, mas fotos de satélite comprovam que foram desmatados 523.700 hectares. Só na Terra do Meio, a área mais florestada do Pará, já foram descobertos mais de 23 mil quilômetros no meio selva. São trilhas de madeireiras. Mas por elas trafegam caminhões.

A Floresta Amazônica, maior reserva de madeira tropical do planeta, abastece 90% do mercado brasileiro de madeiras, que emprega mais de 2 milhões de pessoas e é responsável por 4% do PIB. Quase toda esta madeira, cerca de 86%, é consumida no Brasil mesmo, sobretudo por São Paulo, que fica com 1,2 milhões de toras anualmente (cerca de 20% do total).

A assessoria do Ibama assume que não pode fiscalizar todo o comércio de madeira, mas está desenvolvendo sua própria certificação ambiental. O engenheiro florestal Gustavo Pinho, funcionário do órgão, diz que existem estudos sendo desenvolvidos, como o projeto piloto de manejo sustentável na Floresta Nacional dos Tapajós. Seus resultados serão conhecidos dentro de poucas semanas, mas ele adianta que foram excelentes. Com base no projeto, o Ibama deve elaborar um novo marco regulatório para ser aplicado em todo o Brasil.

Segundo o FERN (Forests and the European Union Resource Network, a Rede de Florestas e Recursos da União Européia), hoje só existe uma entidade capaz de certificar madeira de forma absolutamente isenta: a FSC (Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal). É uma ONG, com sede no México mas presente em 34 países, cujos membros são representantes de empresas, governos e sociedade civil.

Funciona da seguinte maneira: a empresa procura uma organização certificadora da FSC, que vai até a área de extração e certifica a área, não a empresa. A cada dez meses, no máximo, fazem uma inspeção para verificar o manejo sustentável, cuja orientação varia de acordo com a região a ser inspecionada, como áreas de Mata Atlântica ou de terra firme na Amazônia. A diferença entre a FSC e outras organizações é que sua inspeção é a mais rigorosa e seus padrões foram pensados para garantir não só a conservação ambiental, mas para promover a inclusão social das populações locais e garantir a viabilidade econômica do empreendimento.

E madeira certificada é um bom negócio. Quem quer exportar madeira vê-se quase obrigado a trabalhar com certificação, já que vários países estão proibindo a importação das não-certificadas, como a Holanda. Além disso, as empresas revendedoras de madeira preferem este tipo de mercadoria para não correrem o risco de eventuais processos por exportação ilegal. Alguns governos concedem incentivos fiscais para construções “verdes”, que levem em consideração economia de energia, origem dos materiais e preocupação ambiental. É o caso dos Estados Unidos.

Chama atenção o fato da maioria destas empresas não repassar o custo das madeiras certificadas, cuja obtenção é cerca de 30% mais cara, para o preço final. Isso porque ainda são poucos os consumidores que estão dispostos a pagar a mais por conta da certificação.

No Brasil só existe uma empresa que revende exclusivamente madeira certificada pela FSC. A EcoLeo, com sede em São Paulo, faz parte da rede Leo Madeiras, que tem 30 lojas espalhadas por Rio, São Paulo, Curitiba e Salvador. A gerente Karla Aharonian diz que o mercado de madeiras certificadas no Brasil está crescendo, e que os clientes são principalmente empresas que têm uma consciência ambiental forte e designers ou marcenarias que precisam exportar seus produtos. Ela está convicta de que em pouco tempo sua loja, que ainda não alcançou o retorno do investimento em madeira certificada, passará a ser um bom negócio. Tanto que planeja abrir outra loja no Rio de Janeiro.

A Leo Madeiras pode estar certa. Embora a passos lentos, há boas perspectivas para o mercado de madeira certificada. O “Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados”, iniciativa da ONG Amigos da Terra, reúne empresas e órgãos públicos que se comprometem a somente comprar produtos com o selo da FSC. Integram o grupo de compradores do bem os Governos Estaduais do Acre e do Amapá e empresas como Tramontina, Tok & Stok, Faber Castell e ABN-Amro Bank.

Já o Greenpeace tem investido no projeto Cidade Amiga da Amazônia, que tenta estimular, através dos conhecidos métodos da organização, as administrações municipais a criarem uma legislação que impeça a compra, pelas Prefeituras, de madeira ilegal. Oito municípios do interior paulista já aderiram ao projeto: Bauru, Botucatu, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba e Ubatuba.

Hoje o Brasil detém a maior área florestal certificada na América Latina, segundo a WWF, com 2.300.874 hectares, colocação assumida no último dia 30. Muito pouco, considerando que isso corresponde a aproximadamente 0,3% dos 850 milhões de hectares de florestas brasileiras.